

A luta continua: pelo atendimento da pauta da Campanha Salarial e defesa dos nossos direitos!

Servidores e empregados públicos municipais reuniram-se na Praça da Bandeira, na manhã de segunda-feira, dia 02/02/15, para avaliar o resultado das negociações da Campanha Salarial e encaminhar a continuidade da luta.

No dia 26/02 ocorrerá audiência no Fórum Clóvis Beviláqua com a PMF para discutir proposta de pagamento dos anuênios. Cerca de 7.500 servidores já atualizaram seus cálculos através do Sindifort, sendo que a dívida da PMF com esses servidores já chega a mais de R\$ 37 milhões.

No dia 27/02, a partir das 8h, acontecerá no auditório do Sindifort um seminário sobre as mudanças previdenciárias e trabalhistas encaminhadas por meio de medidas

provisórias pela presidente Dilma Rousseff no final de 2014. Essas medidas afetam desde já os empregados públicos da PMF, atingindo os trabalhadores do Regime Geral (segurados do INSS), independente de qualquer reforma na previdência Municipal (IPM). As mudanças atacam diretamente os empregados públicos da Emlurb e Etufor, os trabalhadores do Frifort e da CTC que estão em disponibilidade, e ainda os aprovados em seleção pública e temporários. Também será discutida a situação do IPM-Saúde.

No encerramento do seminário, às 16h, será realizada uma nova assembleia geral da Campanha Salarial 2015 com os servidores presentes.



Servidores presentes à Assembleia Geral na Praça da Bandeira (02/02) aprovam programação de continuidade da Campanha Salarial 2015. Arquivo Sindifort.

**Dia 27/02, de 8h30 às 15h:
Seminário sobre Reforma
Previdenciária e IPM-Saúde
16h: Assembleia Geral da
Campanha Salarial no Auditório
do Sindifort**

Seminário debaterá situação do IPM no contexto dos novos ataques de Dilma

Dia 27/02, a partir das 8h, no Auditório do Sindifort

A classe trabalhadora está perdendo a luta em defesa da previdência pública no Brasil. Os governos de FHC e Lula aplicaram reformas previdenciárias para dificultar e limitar o acesso dos trabalhadores à Previdência Social.

Dentre outras mudanças, foram introduzidas a exigência de 35 anos de contribuição previdenciária (em substituição à comprovação do tempo de serviço), a taxação de inativos, criação do fator previdenciário, imposição de idade mínima para aposentadoria dos servidores públicos, limitação dos proventos ao valor do maior benefício pago pelo INSS, etc. Além disso, os benefícios de aposentados e pensionistas estão cada vez mais defasados, pois os reajustes aplicados não têm acompanhado a inflação crescente.

Agora, foi a vez da presidente Dilma Rousseff (PT) divulgar novos ataques aos direitos sociais. Por meio de medida provisória, dificultou ainda mais o acesso ao seguro-desemprego e alterou para pior as regras para recebimento do abono salarial (PIS), auxílio doença, pensão por morte, etc

Assim como nas mudanças

anteriores, esses ataques também prejudicarão os trabalhadores do serviço público municipal, a começar pelos empregados públicos celetistas (Emlurb, terceirizados de contrato temporário), cujos direitos já foram atacados de forma direta. Em breve, as medidas atingirão também os servidores estatutários. Conforme matéria publicada na imprensa, a Prefeitura de Fortaleza reconhece já estar em preparação desde setembro/14 um projeto de lei para alterar a previdência municipal, e que a reforma do IPM deverá ser votada pela Câmara Municipal ainda no primeiro semestre de 2015.

O que pode mudar no IPM?

Diante das novas medidas, devemos nos perguntar como estas afetarão, na prática, nossos direitos e o IPM.

Nas reformas anteriores os direitos dos servidores municipais também foram duramente atacados. A taxação de inativos cujas pensões ultrapassam o teto de benefício do INSS foi introduzida na gestão da ex-prefeita Luizianne Lins. Mas, graças à luta do Sindifort, essa

cobrança é compensada com um abono equivalente ao desconto. Já na atual gestão do prefeito Roberto Cláudio (Pros), foi preciso enfrentar as ameaças de retirada deste abono previdenciário, de cobrança de benefícios concedidos por erros administrativos da PMF (inclusive das famílias de servidores já falecidos) e a tentativa de privatização do IPM através de convênios com planos de saúde.

Agora, é de se esperar que a Prefeitura queira alterar as regras para concessão de pensões por morte, seguindo as restrições impostas por Dilma. Ou seja, redução do benefício e critérios de idade para concessão de proventos até o final da vida (veja tabela de duração do benefício por morte). Outra alteração que poderá vir é o fim do IPM-Saúde. Entretanto, muitas outras medidas ainda piores podem estar a caminho.

Entender para resistir

Entender todas essas mudanças é o primeiro passo para lutar contra elas. Por esse motivo, o Sindifort está

organizando um seminário sobre previdência e saúde. É fundamental a participação de todos os servidores e empregados públicos municipais nesse seminário, para que possamos estar preparados quando vierem os próximos ataques.

Além disso, é preciso que após o seminário todos os participantes possam organizar reuniões em seus locais de trabalho para fazer esta discussão com toda a categoria. Só assim estaremos organizados para defender nossos direitos e o IPM.

Participe!



Veja o que foi discutido na Mesa de Negociação realizada no Gabinete do Prefeito (29/01/15)

1. Reajuste Salarial – a PMF mantém o percentual de 6,45% para os servidores e empregados públicos e 13,01% para professores, retroativos a janeiro/15. O Sindifort e o Fórum Unificado reivindicam a reposição de todas as perdas do período de 2008-2014 que, mesmo com o reajuste aplicado na data base, ainda são de 5,48%, calculado pelo IPCA. A PMF informou que discutiria essa pauta em outro momento.

2. Anuênios – o Sindifort terá reunião com a PMF e a PGM para elaborar uma proposta a ser apresentada por ocasião da audiência do dia 26/02/15.

3. Concurso Público – a PMF afirma que está em estudo a realização de concurso público para as áreas que considera haver carência de servidores. O Sindifort e o Fórum Unificado reafirmaram a necessidade de concurso para toda a PMF.

4. Servidores que não optaram pelos PCCS's de 2007-2008 – a PMF irá abrir prazos para os servidores que queiram optar pelos mesmos.

5. Contracheques Físicos (em papel) – Comprometeu-se em manter a entrega do contracheque na PMF, paralelo ao sistema online.

6. Casa Própria para servidores – esta é uma reivindicação antiga do Sindifort. A PMF está elaborando um projeto para construção de casa própria para os servidores que não possuem residência. No prazo de 60

dias, irá apresentar uma proposta aos servidores que não têm casa própria, equivalente a 10% das casas construídas no Programa Habitacional de Fortaleza. Para participar do Projeto Casa Própria, os servidores deverão atender a alguns critérios, entre eles receber salários de até R\$3.000 (três mil reais). Cerca de 13 mil servidores têm esse perfil salarial hoje na Prefeitura.

7. FGTS depositado na Caixa Econômica – será marcada uma reunião entre PMF/Sindifort/Caixa Econômica para discutir a melhor proposta para individualizar os valores do montante que se encontra depositado na Caixa Econômica. Lembrando que só terão direito a esse benefício aqueles servidores que já estavam na PMF até setembro/1990, período em que tivemos a implantação do Regime Jurídico Único, além dos empregados públicos da Emlurb que são celetistas.

8. Aumento no auxílio-refeição – ficou assegurado o reajuste do auxílio-refeição no mesmo percentual do reajuste salarial, ou seja, 6,45%. Com relação 2014, ano no qual a PMF não reajustou o benefício, será pauta de discussão na Mesa de Negociação.

9. Filiação Sindical – a PMF também se comprometeu a encaminhar junto a Sepog/IPM a não desfiliação dos servidores dos sindicatos por ocasião do ato de aposentadoria dos mesmos.

10. Piso dos ACS/ACE – a PMF informa que não tem como proceder a implantação do Piso das categorias por conta da redução dos repasses do Ministério da Saúde, uma vez que depende dos recursos federais para esse fim. Sindifort e Sindisaúde solicitaram uma cópia da versão final do PCCS das categorias.

11. Saúde e Segurança do Trabalhador – as reuniões para discussão de proposta terão continuidade.

12. Combate ao Assédio Moral – será constituído um outro Grupo de Trabalho para elaborar propostas para o combate do assédio moral na PMF.

13. Mesa de Negociação – a Sepog apresentará um calendário de reuniões para dar continuidade à discussão da Pauta da Campanha Salarial 2015.

14. Assembleia Geral dia 27/02 – Após os informes da negociação com a Prefeitura, foi deliberada a realização de uma nova assembleia



Representantes do Sindifort e do Fórum Unificado questionam representantes da PMF em reunião no Paço (29/01). Arquivo Sindifort.



Diretores do Sindifort informando os servidores sobre as negociações com a PMF durante assembleia geral do dia 02/02. Arquivo Sindifort

geral no dia 27/02, às 16 horas, na sede do Sindifort, no encerramento do Seminário sobre a Reforma Previdenciária do governo Dilma, que atinge os trabalhadores do Regime Geral (segurados do INSS), e sobre a situação do IPM-Saúde.

Saúde: nova lei corrigirá ataque contra direitos dos servidores com suplementação de carga horária

Um dos direitos atacados na Reforma Administrativa aprovada no final de 2014 foi o direito a férias e licenças para os servidores da Saúde que têm suplementação da carga horária. De acordo com a Lei nº 10.273/2014, aprovada no pacote da reforma, aqueles servidores que possuem carga horária com suplementação perderam o direito da mesma ser computada para férias e licenças (inclusive licença médica), além de vetar que esta suplementação fosse contada para efeito de aposentadoria.

Esses ataques foram imediatamente denunciados pelo Sindifort, que desde o início se colocou contra a Reforma Administrativa do prefeito Roberto Cláudio (Pros). A defesa desses direitos foi um dos motivos que

mobilizaram os servidores do IJF no final de dezembro/2014. Foi com essa luta que a PMF recuou e aceitou rever a lei da suplementação da carga horária, beneficiando os servidores do IJF e que será extensivo também para os servidores dos hospitais secundários.

Após negociação com a categoria (representada pelo Sindifort e Assijf), a PMF comprometeu-se a enviar no mês de fevereiro/2015 um novo projeto de lei, corrigindo a lei nº 10.273/2014, assegurando o pagamento da carga horária estendida mesmo quando o servidor encontrar-se de férias, licença-maternidade, luto e casamento, nos termos previstos no Estatuto dos Servidores. A nova lei também garantirá a regulamentação para os servidores de nível superior não médico dos hospitais secundários

do direito ao final de semana dobrado. Essa foi uma importante vitória. Precisamos ficar atentos e cobrar da PMF o cumprimento do acordo.

Concurso Público

Outra boa notícia foi o anúncio de concurso público para contratação de 150 médicos. Essa é mais uma conquista que vem depois de muita luta do Sindifort e, embora não resolva a carência total de médicos na rede municipal de saúde, deve ser recebida como uma vitória da categoria. Já a seleção pública de 622 profissionais de nível médio deve ser vista com reservas, pois os aprovados não serão servidores de carreira, mas contratados em caráter temporário e com direitos precarizados.

Conheça os convênios mantidos pelo Sindifort para benefício de seus associados



Expediente

SINDIFORT Informa é um informativo do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza - SINDIFORT. Endereço: Rua 24 de Maio, 1188 - Centro / CEP: 60020-001 / Fortaleza-Ce. Fone: 3211.3700 - Fax: 3211.3704. Diretoria Executiva - Presidente: Antonia Nascelia Silva | Vice-presidente: Ana Lúcia de Miranda | Secretário Geral: Francisco José Queiroz de Lima | Tesoureira: Fátima Maria Lopes Carneiro | Vice-tesoureira: João Bosco Garcia Menezes | Diretora Jurídica: Maria Eliane Barbosa de Moura | Diretora Administrativa: Rosângela Torres de Oliveira | Diretor de Articulação Política: Gleilson Cunha da Silva | Diretor de Cultura e Formação: Francisco de Assis Rodrigues de Oliveira | Diretor de Comunicação: Jefferson Bezerra Saraiva | Diretora Setorial de Educação: Ana Cristina Castro Paiva Belém de Oliveira | Diretora Setorial de Saúde: Regina Cláudia Neri de Paula | Diretora Setorial de Previdência e Aposentados: Lourdes Maria de Olinda Soares | Diretor Setorial de Segurança Pública e Trânsito: Eriston Lima Ferreira | Diretor Setorial de Gestão Pública: Paulo Roberto da Silva Rubens | Conselho Fiscal - 1º Titular: Amélia Cristina Garcia Menezes | 2º Titular: Antônio Fernando Henrique Sales | 3º Titular: Francisco Chagas Ferreira de Sousa. Jornalistas responsáveis: Afrânio Castelo (MT 2041/CE) e Haroldo Barbosa (MT 2034/CE). Estagiário de Comunicação: David Medina. Edição fechada em 03/02/2015. Tiragem: 10.000 exemplares.